

Ex.mo Sr.

Dr. José António Pinto Ribeiro
S.E. o Ministro da Cultura

Palácio Nacional da Ajuda

1349-021 Lisboa

Data: 10-12-2008
Ref.ª Pres28/240/08

Assunto: Organização institucional e as condições do exercício profissional da actividade arqueológica

Passaram 12 meses desde que a APA emitiu dois comunicados sobre a situação laboral precária de trabalhadores do Ministério da Cultura (MC) que asseguram a execução de tarefas fundamentais para que o Estado cumpra as suas obrigações face ao património arqueológico, conforme definidas na legislação nacional e nas convenções internacionais que ratificou.

Passaram 8 meses desde que a APA enviou a V. Ex.ª o documento "Arqueologia Portuguesa em Revista: Posição da APA sobre a organização institucional e as condições do exercício profissional da actividade arqueológica", resultado de um amplo debate realizado entre profissionais de arqueologia no primeiro trimestre do ano, em que se diagnosticavam problemas e se apontavam soluções.

Passaram 5 meses desde a entrega no seu gabinete de uma petição com 1475 assinaturas em que os subscritores manifestavam a sua apreensão pelo futuro da maior biblioteca especializada em património arqueológico do País, bem como de todo o valioso acervo do ex-Instituto Português de Arqueologia, face ao anúncio de desmantelamento das instalações do MC na Av. da Índia para dar início à construção do futuro Museu dos Coches.

Senhor Ministro, estamos preocupados.

Conhecemos declarações suas na comunicação social em que afirma que as nossas diligências "não têm razão de ser" porque os assuntos estão "a ser tratados". Tivemos a garantia do seu Chefe de Gabinete, em audiência aquando da entrega da petição, que a equipa ministerial está a trabalhar no sentido de minorar os danos causados pela reestruturação administrativa dos serviços em sequência do PRACE. Sabemos que uma das questões levantadas no documento "Arqueologia Portuguesa em Revista" – a revisão do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos – está a ser alvo de "trabalhos preparatórios" e que a respectiva discussão junto dos profissionais de arqueologia será aberta "logo que oportuno". (e disto sabemos-lo através da resposta do seu Gabinete a uma pergunta concreta do grupo Parlamentar do PCP, feita em sequência das audiências que tivemos no Parlamento para apresentação e discussão do documento em causa. O pedido de audiência semelhante dirigido a V. Ex.ª, na mesma ocasião, ainda não teve qualquer resposta.)

Mas, perdoará o Senhor Ministro por sermos tão exigentes em questões que dizem respeito à qualidade e dignidade do exercício da profissão, isto não nos parece suficiente.

Não conhecemos soluções ou propostas concretas do MC para a resolução de nenhum dos problemas que temos vindo a denunciar. Por isso vimos, mais uma vez, expressar a nossa preocupação relativamente à ausência de definição de uma política clara e inequívoca de investimento no património arqueológico português, e ao facto de se assistir, desde 2002, a uma regressão no desenvolvimento notável que a actividade arqueológica sofreu desde a eclosão do "dossier Côa". E, mais uma vez também, lembrar que os profissionais de arqueologia se encontram disponíveis para serem parte da(s) solução(ões) que permita(m) ao Estado português garantir:

- a existência de unidades orgânicas de âmbito regional que garantam a operacionalidade desconcentrada do MC no processo de licenciamento e fiscalização de trabalhos arqueológicos, bem como no inventário, monitorização e detecção de situações de risco em sítios arqueológicos;
- a participação activa nos processos de Avaliação de Impacte Ambiental, quer na fase de avaliação quer de pós-avaliação e nas comissões de acompanhamento de elaboração de Instrumentos de Planeamento e Gestão do Território;
- o desenvolvimento e desejável articulação das bases de dados e sistemas de informação relativos ao património criados no âmbito do MC ou dos quais o MC é herdeiro, bem como a gestão e actualização do arquivo documental relativo à realização de trabalhos arqueológicos em Portugal;
- a existência de estruturas que permitam o enquadramento de projectos multidisciplinares na área das arqueociências e da arqueologia subaquática;
- o desenvolvimento da linha editorial específica de temática arqueológica, bem como a gestão e actualização da biblioteca especializada do ex-IPA;
- a salvaguarda ao arquivo documental da arqueologia portuguesa e das reservas de materiais arqueológicos (constituídas na Rede de Depósitos do ex-IPA ou protocolados entre o Estado e outras entidades, bem como as colecções de materiais arqueológicos à guarda de arqueólogos individuais, empresas ou outras entidades colectivas) com a garantia da sua adequada conservação e de condições de acesso aos investigadores e outros profissionais que o requeiram.

Pela Direcção da APA



Maria José M.H. de Almeida

(Presidente)

Nota: para maior celeridade nos contactos agradecemos a utilização do endereço electrónico abaixo indicado ou do telefone 966430997